

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ROTINA DE TRABALHO DE MULHERES JORNALISTAS: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão¹

GENDER RELATIONS IN THE WORK ROUTINE OF FEMALE JOURNALISTS: a study about Imperatriz and Balsas, in Maranhão

Daniele Silva LIMA²

Wyldiany Oliveira dos SANTOS³

Camilla Quesada TAVARES⁴

Universidade Federal do Maranhão | Brasil

Resumo

Este artigo discute como questões relacionadas ao gênero encontram-se presentes no cotidiano das mulheres que trabalham na área do jornalismo nas cidades de Imperatriz e Balsas. A pesquisa proposta identifica como as relações de gênero aparecem no processo de produção jornalística, observando um cenário de interior em que o mercado ainda está se desenvolvendo. Para este estudo, foram mapeadas as profissionais que trabalham em redações e assessorias das duas cidades, e, num segundo momento, foi aplicado um questionário *online* com estas profissionais. Ao todo foram 37 respondentes, que integram o *corpus* desta pesquisa. Os principais resultados mostram um perfil de mulheres jovens e que enfrentam problemas dentro e fora das redações, como assédio, abuso de poder e pressões quanto à aparência.

Palavras-chave

Jornalismo; Gênero; Mercado de trabalho; Maranhão.

Abstract

This article discusses how gender issues are present in the daily lives of journalist's woman in the cities of Imperatriz and Balsas. The research proposed identifies how gender relations appear in the journalistic production process, observing an interior scenario in which the market is still developing. For this study, the professionals working in newsrooms and consultancies of the two cities were mapped, and a second questionnaire was applied online with these professionals. In all, 37 respondents were included in the corpus of this research. Key findings show a profile of young women facing problems inside and outside the newsroom, such as harassment, abuse of power, and pressure on appearance.

Keywords

Journalism; Gender; Labour market; Maranhão.

RECEBIDO EM 29 DE AGOSTO DE 2019
ACEITO EM 04 DE NOVEMBRO DE 2019

¹ Os resultados apresentados neste trabalho são decorrentes da pesquisa de iniciação científica da primeira autora, desenvolvida no grupo de pesquisa Comunicação, Política e Sociedade (COPS), da UFMA. A pesquisa contou com o financiamento do CNPq (2018-2019).

² Graduanda de Comunicação Social (Jornalismo) da UFMA. Integrante do grupo COPS. Contato: danielesilvalima15@gmail.com.

³ Graduanda de Comunicação Social (Jornalismo) da UFMA. Integrante do grupo COPS. Contato: wyll.dyanny@gmail.com.

⁴ JORNALISTA. Doutora em Comunicação pela UFF. Professora adjunta do curso de Comunicação Social (Jornalismo), e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMA. Coordenadora do grupo de pesquisa COPS. Contato: camilla.tavares8@gmail.com.

Introdução

A história do jornalismo é, em si, intimamente ligada à entrada das mulheres no mercado de trabalho, de acordo com Souza (2009). Segundo ela, na década de 60, época em que as mulheres tiveram acesso à profissionalização, foi também quando surgiram os primeiros cursos de jornalismo no Brasil. Além disso, a autora também lembra que dados do Ministério do Trabalho indicam que a ocupação das mulheres no mercado de trabalho é simultânea ao desenvolvimento do jornalismo (SOUZA, 2009).

Porém, mesmo com todos esses anos de história, a área ainda apresenta diversas dificuldades para as mulheres, pois há alguns problemas que são enfrentados cotidianamente e de forma específica, ou seja, estão intimamente ligados à profissão. Dentre eles, pode-se apontar problemas na relação com fontes de notícias e colegas e divisão de editorias com base em estereótipos de gênero (ABRAJI, 2017).

A partir deste contexto, esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: quais são os principais problemas de gênero que mulheres jornalistas enfrentam em cidades do interior do Maranhão? Para isso, foram selecionadas as cidades de Balsas e Imperatriz, no Maranhão, duas cidades de porte médio (aproximadamente 88 mil e 250 mil habitantes, respectivamente), tipicamente de interior e situadas na região Nordeste. Deste modo, a pesquisa e o recorte se justificam porque buscam preencher uma lacuna nos estudos de jornalismo e gênero, que ainda estão concentrados em estados do sul brasileiro (SILVA et al, 2019), e mesmo quando os levantamentos contemplam o Nordeste, o Maranhão fica de fora do recorte do estudo (ABRAJI, 2017). Assim, este trabalho tem por finalidade oferecer dados ainda pouco investigados na região.

Tendo como objeto as profissionais de comunicação dos municípios supracitados - tanto atuantes em jornalismo diário quanto em assessorias -, a pesquisa ancora-se na metodologia quantitativa (KRIPPENDORFF, 1989; CERVI, 2017), composta por dois processos: mapeamento das jornalistas e aplicação de questionários *online*. No total, foram 45 mulheres mapeadas, 33 de Imperatriz e 12 de Balsas. Destas, 37 (82%) responderam ao questionário, sendo 27 da cidade de Imperatriz e 10 de Balsas.

O texto está dividido da seguinte forma, além desta introdução: o próximo tópico traz uma discussão sobre o que já se tem na literatura sobre a questão de gênero na comunicação, destacando as pesquisas sobre redações. Depois, há um espaço dedicado à explicação dos procedimentos metodológicos e, na sequência, são apresentados e discutidos os resultados obtidos com o questionário. Por fim, são apontados os principais achados da pesquisa, bem como novos caminhos de estudo sobre o tema.

A perspectiva de gênero nos estudos de comunicação

O gênero é uma construção que se inicia antes mesmo do nascimento. Segundo Miguel e Biroli (2014), o gênero é um dos eixos principais que determinam a experiência de alguém no mundo social. Entretanto, as diferenças não determinam as posições dos indivíduos isoladamente, pois “as hierarquias de gênero assumem formas diferentes segundo a posição de classe e raça das mulheres” (BIROLI, 2018, p. 23). Desse modo, quando se nasce com o sexo feminino, a sociedade espera por comportamentos já definidos como moralmente corretos (MIGUEL; BIROLI, 2014). O que quer dizer que, para ser mulher, há de se cumprir determinadas regras de linguagem, vestimenta, relacionamento e escolher profissões no leque do que é “permitido” para elas (BEARD, 2018), por

exemplo. No caso dos nascidos com o sexo masculino acontece o mesmo. O homem em sociedade deve ser o que já foi definido séculos atrás: um líder forte, responsável por cuidar da casa e da família.

A desigualdade de gênero em que o mundo social está baseado não era algo para se esconder. “Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos [...]” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 17). Ou seja, as desigualdades de gênero não eram – e ainda hoje não são – entendidas como preconceitos do que é ser homem ou mulher e que isso prejudica ambos os lados. Essas desigualdades não são determinadas por fenômenos biológicos, foram criadas socialmente por séculos, ou seja, o que aceitamos como “feminilidade” é resultado de pressões, constrangimentos e expectativas sociais (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 79). Isso tem grandes implicações no lugar que a mulher ocupa na sociedade e o modo como deve se portar, principalmente em ambientes que envolvam poder (BEARD, 2018; MIGUEL, 2014).

Além do âmbito político, essa construção do gênero foi o que definiu a relação das mulheres com o mercado de trabalho, não só na área da Comunicação (ABREU; ROCHA, 2006). Depois de diversas lutas para que as mulheres pudessem ocupar seu lugar de direito no mercado, a lógica do gênero seguiu acompanhando-as. Apesar da inserção das profissionais nas empresas de comunicação ter sido um processo conjunto à introdução das mulheres no mercado de trabalho (ROCHA, 2004), o lugar que elas ocupavam dentro dos veículos ainda eram aquele considerado “feminino”, como as seções de moda, receitas, educação infantil e comportamento (ABREU; ROCHA, 2006). Para ganhar espaço entre os “assuntos sérios”, reservados aos homens (VEIGA, 2012), as mulheres utilizavam pseudônimos e disfarces para fazer a cobertura de matérias, sendo que este era o modo

que elas encontravam para driblar preconceitos de um espaço que era masculino (SANTOS; TEMER, 2016).

Ainda que os dados sobre o perfil do jornalista brasileiro indiquem que elas são maioria nas redações (MICK; LIMA, 2013), ainda são raras as participações femininas nos conselhos editoriais das empresas jornalísticas e também é pequeno o número de profissionais que chegam aos cargos de chefia (ABREU; ROCHA, 2006), precisando sempre “provar” conhecimento (ROCHA, 2004). Este último problema pode ser um agravante para a falta de pautas feministas e coberturas com viés machista, uma vez que “são os líderes que distribuem o trabalho de reportagem na redação” (SANTOS; TEMER, 2016, p. 39). Isso também pode contribuir para a naturalização do machismo na mídia, presente na sexualização das propagandas, na romantização da dupla jornada de trabalho pelas novelas e atenuação de violências de gênero no jornalismo (CHAVES, 2015). No caso do conteúdo jornalístico, também há estudos que mostram que os resultados da produção carregam estereótipos (SARMENTO, 2012), diferenças na cobertura das candidatas (MIGUEL; BIROLI, 2010), ausência de fontes mulheres (JOHN, 2014), dentre outras questões.

A divisão do trabalho na comunicação também é marcada por hierarquização de gênero e valorização de atributos masculinos, o que corrobora para que homens alcancem mais espaços de poder (VEIGA, 2012). A primeira diferença está nas questões estruturais (PONTES, 2017), como é o caso do salário mais baixo em relação aos homens, por exemplo, percebidas tanto no Brasil quanto em outros países (FRANKS, 2013).

Porém, as experiências no cotidiano profissional são diversas. Segundo a pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (ABRAJI, 2017), feita com questionários e grupos focais nas cidades de São Paulo, Porto Alegre,

Rio de Janeiro e Brasília, 86,4% admitiram já terem passado por pelo menos uma situação de discriminação de gênero no trabalho. A pesquisa também aponta a falha no acolhimento de denúncias por parte dos veículos, sendo que quase metade das jornalistas afirmam que as empresas não têm canais para receberem denúncias de assédios e discriminação de gênero (ABRAJI, 2017). As que denotam machismo são relatadas, especialmente, na relação com as fontes de informação e superiores. Além disso, as profissionais acabam discriminadas pela associação de que a maternidade resulta em falta de comprometimento (SILVA; GONÇALVES, 2018), o que se explica pela sobrecarga no cuidado dos filhos, que as fazem assumir uma dupla jornada (SANTOS; TEMER, 2016).

Assim, esses pontos levantados pela literatura que estudam o ingresso das mulheres nos espaços de comunicação reforçam a ideia de que as dificuldades de acesso às posições de poder, fora do âmbito familiar, permanecem no mundo do trabalho (BIROLI, 2018). Como mencionado anteriormente, apesar de haver pesquisas sobre a relação de gênero no mercado de trabalho jornalístico, ainda faltam estudos regionais, tal como o proposto nesta pesquisa. A discussão apresentada até aqui embasa o estudo e os procedimentos metodológicos da investigação, como será visto a seguir.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho ancora-se na metodologia quantitativa (KRIPPENDORFF, 1989), desenvolvida a partir da técnica de pesquisa de aplicação de questionários (BABBIE, 2005). A parte empírica é composta por duas etapas. A primeira consistiu-se em um mapeamento sistemático dos diferentes espaços que contavam com profissionais do jornalismo na cidade de Imperatriz e Balsas, interior do Maranhão. Após este mapeamento, identificou-se o número de mulheres que trabalhavam nas redações

jornalísticas e em assessorias de prefeituras e câmaras municipais, e selecionou-se os contatos para que fosse possível o envio do *link* para o questionário *online*. Nesta fase, o objetivo era obter respostas padronizadas (BABBIE, 2005).

Para chegar até as jornalistas, utilizou-se a técnica *snowball* ou “bola de neve”, que é uma forma “não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam outros participantes e assim sucessivamente” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332), e isso acontece até que seja alcançado o objetivo da pesquisa.

Esta pesquisa foi realizada em Imperatriz e Balsas, cidades que ficam na região denominada sulmaranhense (BRITO, 2017). Imperatriz está a 600 km da capital do Maranhão, São Luís, e possui cerca de 250 mil habitantes – caracterizando-a como a segunda maior cidade do estado. Nela, está presente a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a qual possui o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Esse é um dos motivos que explicam a razão da maioria das jornalistas da cidade possuírem graduação na área, já que muitas são ex-alunas da universidade. Ela é a cidade que possui um número maior de jornalistas na região - 33 mapeadas, pois são encontradas TVs afiliadas à Rede Globo e ao SBT, por exemplo. No município, foram identificadas profissionais que atuavam na assessoria da Prefeitura, em TVs (Nativa/Band, Mirante/Globo e Difusora/SBT), em um veículo impresso (O Progresso), em portais de notícias (MA10, Correio Popular e O Progresso) e em uma rádio (Mirante).

Depois de obtidas as respostas de Imperatriz, o mapeamento continuou em Balsas. A cidade fica a 302 km ao sul da primeira cidade – ou seja, mais distante da capital do estado -, e possui aproximadamente 88 mil

habitantes. No município também há TVs afiliadas à Globo e ao SBT, entretanto, não há um curso de graduação em Jornalismo. Por esse motivo, o número de jornalistas encontradas foi bem menor, apenas 12 mapeadas, e nem todas possuem formação na área. Nesta cidade foram localizadas mulheres atuando em assessorias na Prefeitura e na Câmara Municipal, em TVs (Mirante/Globo, Difusora/SBT e Boa Notícia/Rede Vida), em portal de notícias (Diário de Balsas), em rádio (Boa Notícia) e em uma revista (Nosso Estilo).

Ao todo foram 45 jornalistas mapeadas, para as quais foi enviado o *link* para o questionário *online*, e 37 respostas obtidas (82%) – 27 de Imperatriz (73%) e 10 de Balsas (27%). O questionário era composto por nove seções, com 32 perguntas no total que tratavam sobre dados socioeconômicos dessas profissionais, a satisfação com o mercado de trabalho, a relação com as fontes e as experiências com discriminação dentro da profissão. É importante ressaltar que a pesquisa não tem como foco a comparação do contexto das duas cidades, mas sim entender, numa visão mais ampla, como se dá o trabalho das jornalistas em cidades menores, do interior.

Depois da apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa, a seguir apresenta-se a discussão dos resultados.

O perfil das jornalistas de Imperatriz e Balsas

A partir dos dados coletados por meio do questionário *online*, pode-se traçar um perfil das mulheres que atuam na área do Jornalismo em Imperatriz e Balsas. Verifica-se que a maioria das mulheres tem entre 20 e 30 anos (65%) e é graduada (49%). Segundo Subtil (2000), o rejuvenescimento do jornalismo se deu por causa da entrada das mulheres na atividade. Nas duas cidades pesquisadas, essa percepção também se

confirma. Em Balsas não há curso superior na área da Comunicação, por isso as mulheres que atuam no jornalismo da cidade vieram de outros cursos, como Letras, Educação Física e Administração, ou apenas fizeram o Ensino Médio. A porcentagem que corresponde a este último nível (5%) refere-se a respostas apenas das mulheres de Balsas.

Percebe-se que as jornalistas não atuam há muito tempo na área, a maioria está entre 2 e 5 anos (41%). Quanto ao salário, grande parte recebe de 1 a 3 salários mínimos (76%). O questionário também levantou informações sobre o nível de estresse e a satisfação das profissionais no trabalho atual. A maioria das respondentes indicou que o nível de estresse é moderado (59%) e que está acumulando funções (49%). Para completar esse perfil, verificou-se que a maioria das mulheres trabalha ou já trabalhou no ramo televisivo (62%), logo depois vêm as redações online (46%), seguida do impresso (32%).

Apesar de existirem mulheres que trabalham há mais de cinco anos na área, também se observou que a grande maioria não chegou à chefia das redações: das 37 que responderam o questionário, 70% indicaram que não estão em funções superiores – o que corrobora com os achados de pesquisas anteriores (ABREU; ROCHA, 2006). Algumas pesquisas sobre jornalismo e gênero indicam que as mulheres sofrem com mais questionamentos sobre seu cargo superior (LEITE, 2015) e que elas precisam se impor mais que os homens para serem respeitadas no ambiente de trabalho (ROCHA, 2004). Situações como essas contribuem para que poucas mulheres cheguem aos cargos de chefia, apesar de elas já serem maioria no jornalismo brasileiro (ROCHA; WOITOWICZ, 2017). No entanto, de acordo com Subtil (2000, p. 1), “a elite jornalística continua, portanto, a ser predominantemente masculina o, que significa que ao ingresso das mulheres na profissão não

tem correspondido idêntico acesso a lugares de relevo”. Esse é também um dos motivos para a diferença salarial entre homens e mulheres na profissão. Segundo Souza (2009), o fato de existirem mais homens em cargos de chefia faz com que, em comparação, eles recebam mais do que suas colegas.

Rotina jornalística e a relação com as fontes

O que se pode constatar é que as jornalistas já tiveram contato com muitas das editorias dos jornais diários. O que significa que, nas cidades que integram este estudo, não há uma divisão de jornalistas para editorias específicas. Todas acabam fazendo reportagens sobre todo tipo de conteúdo. A maioria delas respondeu que já trabalhou com política (84%), cidade (70%) e cultura (70%), como é possível verificar na quadro abaixo:

Quadro 1 – Editorias que as jornalistas já tiveram contato no trabalho

EDITORIAS QUE JÁ TRABALHOU	N	%
Política	31	84%
Cidade	26	70%
Cultura	26	70%
Educação	24	65%
Saúde	24	65%
Esporte	21	57%
Rural e Meio ambiente	21	57%
Segurança e Polícia	19	51%
Economia	18	49%
Entretenimento	15	41%
Tecnologia	11	30%
Ciência	11	30%
Internacional	4	11%
Nunca trabalhou no jornalismo diário	2	5%

Fonte: Autoras (2019)

Veiga (2012) indica que há um entendimento na área de que os homens são mais aptos para editorias *hard* (política, economia, segurança e polícia) e mulheres para *soft* (entretenimento e cultura). Neste trabalho, por outro lado, constata-se que as mulheres que atuam no jornalismo em Imperatriz e Balsas trabalham em diversas editorias, não havendo evidências dessa clara distinção entre temas *hard* e *soft*. Esta pode ser uma particularidade da região, mas são necessários outros levantamentos para que possamos entender esse resultado de forma mais aprofundada – como, por exemplo, a proporcionalidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Também foi perguntado quais editorias as mulheres mais se sentem confortáveis em cobrir. O resultado pode ser visto no quadro 2:

Quadro 2 – Editorias que as jornalistas se sentem mais confortáveis

EDITORIAS MAIS CONFORTÁVEIS	N	%
Cidade	24	65%
Educação	22	59%
Cultura	18	49%
Entretenimento	15	41%
Saúde	14	38%
Rural e Meio ambiente	12	32%
Segurança e Polícia	10	27%
Política	8	22%
Esporte	7	19%
Tecnologia	3	8%
Ciência	3	8%
Economia	2	5%
Internacional	2	5%
Nunca trabalhou no jornalismo diário	1	3%

Fonte: As autoras (2019)

Embora não haja, aparentemente, relação entre editorias e gênero, as profissionais possuem áreas dentro do veículo que se sentem mais confortáveis em cobrir – e estas sim estão relacionadas a temas mais *softs*. O que se pode observar é que as editorias de economia (5%), esporte (19%) e política (22%) são as que mais deixam as respondentes desconfortáveis em atuar – e essas são áreas em que a figura masculina está mais presente. Isso pode significar que elas não se sentem aptas a cobrirem esses tipos de notícias – já que os colegas de trabalho também contribuem para o desconforto que elas sentem ao escrever sobre estas questões, avaliando que elas não têm capacidade para tal; ou também pode ser que elas se sintam mais desconfortáveis em ambientes que têm uma forte presença masculina, já que as fontes de informações, muitas vezes, são responsáveis por situações de assédio e constrangimento (ABRAJI, 2017).

Sobre a relação das mulheres com fontes de informação, percebe-se que a maioria (70%) indicou que não se preocupa com o gênero das fontes, ou seja, elas não se atentam à necessidade de representatividade de vozes femininas entre os indivíduos entrevistados. O fato de muitas indicarem que não se preocupam com o gênero das fontes pode ser um indicativo preocupante, visto que usar mulheres como fontes é um meio de apresentar um jornalismo mais diversificado. Kischinhevsky e Chagas (2017) indicam que é fundamental que o jornalismo seja diverso e plural, principalmente para assegurar o acesso aos meios de comunicação a pessoas que não estejam ligadas ao poder público e grupos políticos e/ou econômicos. Cerqueira (2008), em estudo sobre a cobertura do Dia da Mulher na imprensa portuguesa, verificou que as mulheres pouco aparecem como fontes no jornalismo. Essa falta faz com que pareçam estar “no lado dos ‘invisíveis’ ou ‘visíveis’ com pouco destaque” (CERQUEIRA, 2008, p. 140) no discurso jornalístico. Por fim, 11% das entrevistadas também afirmaram que

acham mais difícil encontrar fontes oficiais e especialistas mulheres. Isso demonstra que há certa preocupação em buscar por vozes femininas, mas que na rotina diária da profissão é mais complicado de encontrar essas mulheres.

Constrangimentos e assédios no cotidiano de trabalho

Os constrangimentos que as profissionais enfrentam no dia-a-dia estão presentes dentro e fora da redação. Dentre as respondentes do questionário, 30% afirmaram que já passaram por situações constrangedoras com as fontes, sendo que 16% dizem que já receberam convites e 14% enfrentaram assédio durante o trabalho. Esse resultado vai ao encontro do que se pode ver no relatório da Abraji (2017).

Para além da relação com fontes, as mulheres também foram questionadas sobre o quão seguras se sentem no trabalho. Os resultados mostram que a maioria das mulheres (59%) se sente moderadamente segura no ambiente de trabalho. Além disso, 14% se sentem pouco seguras e 3% nem um pouco, ou seja, somando esses números, 76% das mulheres que responderam ao questionário se preocupam com a sua segurança enquanto estão trabalhando diariamente - e este é um número que demonstra um cenário preocupante para elas. Para complementar esses dados, foi perguntado sobre o tipo de constrangimentos e assédios que elas sofrem e quem são os responsáveis por isso. Os resultados estão abaixo:

Quadro 3 – Responsáveis por cantadas e piadas no ambiente de trabalho

Quem fez cantada/piada?	CANTADA		PIADA	
	N	%	N	%
De um colega homem	22	59%	20	54%
De uma fonte de informação - homem	19	51%	12	32%
De um superior hierárquico - homem	7	19%	9	24%

De uma pessoa desconhecida	11	30%	10	27%
De uma fonte de informação - mulher	1	3%	3	8%
De uma colega mulher	0	0%	6	16%
De uma superior hierárquica - mulher	0	0%	1	3%
Isso nunca aconteceu comigo em exercício profissional	8	22%	9	24%
Não sabe	2	5%	3	8%

Fonte: Autoras (2019)

Os números mostram que a prática de cantadas e piadas é majoritariamente masculina, sendo que 59% das mulheres já ouviram cantadas de colegas de trabalho e 54% já ouviram piadas. Logo depois, as fontes de informações masculinas foram responsáveis por 51% das cantadas que as mulheres ouviram e 32% das piadas. Ou seja, em média, cinco a cada 10 jornalistas mulheres já foram alvo de piadas ou cantadas de homens durante o desenvolvimento do seu trabalho. Esse resultado indica que pode se tratar de uma prática naturalizada pelos homens.

Para aprofundar o entendimento dos constrangimentos de gênero dentro das empresas, as jornalistas também indicaram situações pelas quais já passaram, conforme podemos observar abaixo:

Quadro 4 – Constrangimentos de gênero sofridos dentro das redações

SITUAÇÕES COTIDIANAS DO TRABALHO E QUESTÕES DE GÊNERO	N	%
Insultos verbais	11	30%
Humilhação pública	6	16%
Abuso de poder ou autoridade	16	43%
Intimidação verbal, escrita ou física	12	32%
Tentativa de danos à sua reputação	8	22%
Ameaça de perder o emprego em caso de gravidez	0	0%
Ameaças pela internet	0	0%
Insultos pela internet	0	0%
Invasão da sua privacidade por parte de chefes ou colegas de trabalho homens	8	22%

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ROTINA JORNALÍSTICA DE MULHERES JORNALISRAS: um estudo sobre Imperatriz e Balsas, no Maranhão

Recebeu conselhos para melhorar sua aparência	13	35%
Recebeu conselhos para mudar o modo de se vestir ou se maquiar	11	30%
Já questionaram seu cargo de chefia	7	19%
Recebeu conselhos para não engravidar	1	3%
Acredita que perdeu oportunidades de emprego ou de promoção por ser mulher	6	16%
Já questionei minha competência por influência dos outros	15	41%
Já fui constrangida por causa da roupa que estava usando	3	8%
Não passou por nenhuma	2	5%

Fonte: Autoras (2019)

Chama atenção o fato de apenas duas mulheres, do total de 37, afirmarem nunca ter passado por nenhuma das situações elencadas no questionário. Todas as outras indicam que já passaram por diversos tipos de constrangimentos, sendo os principais: abuso de poder (43%), questionamento da competência (41%), conselhos para melhorar a aparência (35%), insultos verbais (30%), intimidações (32%) e conselhos sobre vestimenta e maquiagem (30%). É interessante notar também que 19% das mulheres indicaram que seus cargos de chefia já foram questionados – o que evidencia, mais uma vez, a obrigação que a mulher tem de provar sua competência (ROCHA, 2004).

Além de retratar as situações pelas quais já passaram, as profissionais também informaram quem são os responsáveis pelo assédio no trabalho.

Quadro 5 – Responsáveis por assédio no trabalho

ASSÉDIO	CHEFE		COLEGAS	
	N	%	N	%
Nunca	24	65%	15	41%
Às vezes	11	30%	19	51%
Muitas vezes	2	5%	3	8%

Fonte: Autoras (2019)

No caso dos chefes, a maioria das mulheres informa que nunca sofreu assédio (65%), mas 35% já passaram por essa situação em algum momento. Já em relação aos colegas de trabalho, a maioria diz que já passou por situações de assédio (51%), mas 41% delas indicaram que nunca passaram por isso dentro do ambiente de trabalho. Vale lembrar que 78% das mulheres questionadas (ver Quadro 3) admitiram terem sofrido com piadas e cantadas durante o desenvolvimento do seu trabalho. Aliado aos resultados acima, percebe-se que as fontes de informação desempenham um papel significativo enquanto agentes de assédio – seja por meio de piadas, cantadas ou outros tipos de situação detalhadas anteriormente.

Por fim, foi perguntado sobre as reações dos colegas de trabalho quando as mulheres relatavam constrangimentos nas respostas⁵. O que se percebe é que a maioria das mulheres recebe apoio por parte de seus colegas, especialmente de outras mulheres (63%).

Quadro 6 – Reações dos colegas de trabalho a relatos de situações constrangedoras

Reação dos colegas de trabalho	HOMEM		MULHER	
	N	%	N	%
Não acreditaram em mim	0	0%	0	0%
Culparam-me do ocorrido	3	13%	1	4%
Falaram que eu não podia fazer denúncia para a chefia	1	4%	1	4%
Disseram para não me preocupar com isso, apenas esquecer que aconteceu	8	33%	5	21%
Fizeram piadas sobre o ocorrido	4	17%	1	4%
Tive muito apoio	7	29%	15	63%
Aconselharam para que eu fizesse uma denúncia para a chefia e/ou para a polícia	8	33%	2	8%
Não comentei	7	29%	4	17%

Fonte: Autoras (2019)

⁵ Por não ser uma pergunta obrigatória, apenas 24 mulheres responderam.

Os homens também são solidários às mulheres que passam por esse tipo de situação (29%), e se destacam por aconselharem a fazer denúncias (33%), enquanto as mulheres fizeram poucos incentivos a essa prática (8%). Entretanto, são os homens que se destacam nas reações negativas: 33% disseram para esquecer o ocorrido, 17% fizeram piadas e 13% culparam as próprias profissionais. Ou seja, no geral, as mulheres reagem de forma mais positiva e apoiadora em casos de constrangimento e assédio. Isso pode ter a ver o fato de elas estarem imersas na mesma realidade, o que as ajuda a entender como é passar por isso. Por outro lado, há mulheres que preferem não comentar sobre o caso - 29% não relataram para homens e 17% não falaram com as colegas. Esses resultados levam a crer que existe o medo de denunciar e acabar perdendo o emprego ou da situação ser levada ao conhecimento da cidade em que trabalham, até porque são cidades interioranas em que os profissionais têm contato próximo. Os principais achados da pesquisa são debatidos a seguir, nas conclusões.

Considerações Finais

Esta pesquisa apresentou uma análise sobre as relações de gênero nas rotinas de trabalho jornalístico de Imperatriz e Balsas, no Maranhão. Para a pesquisa, optou-se por uma abordagem quantitativa, em que foram mapeadas as profissionais que atuam em diferentes setores, aplicando um questionário que obteve 37 respondentes (82% do total).

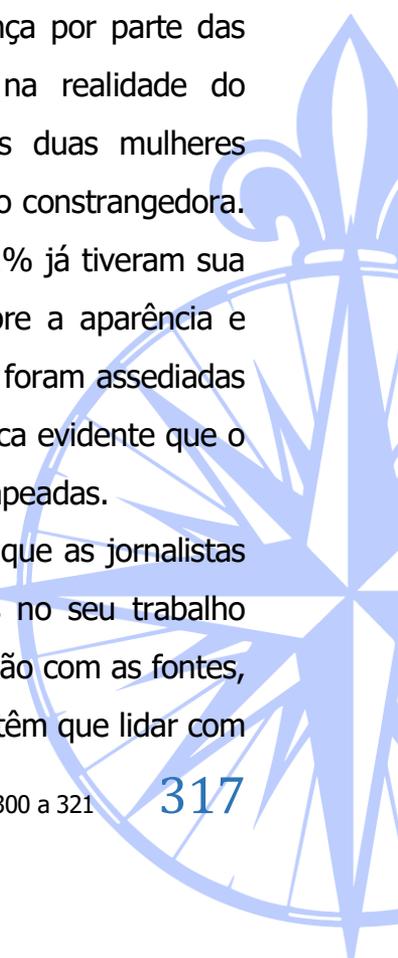
Em relação aos dados do perfil, nota-se que predominam jornalistas que têm entre 20 e 30 anos e pelo menos metade possui graduação; estão concentradas na TV e nas redações online, não têm filhos, trabalham na área entre 2 e 5 anos, recebem entre 1 e 3 salários e não estão em cargos de chefia. Além disso, 6 em cada 10 apontam que passam por um nível

moderado de estresse e 1 a cada 5 acreditam que acumulam funções. Esse cenário provoca diversas situações: o fato de serem jovens faz com que elas não tenham o devido crédito e despertem confiança dos colegas de trabalho. Ademais, as que estão em cargos de chefia precisam se impor mais para serem respeitadas, e 19% das mulheres informaram que já tiveram seu cargo superior questionado.

Sobre a produção jornalística, apesar das mulheres cobrirem diversas editorias diferentes, elas não se sentem confortáveis em trabalhar com política, polícia e esporte. Sobre a relação com as fontes, 30% das profissionais já passaram por constrangimentos desempenhando a função, como convites e assédio. Por fim, ainda sobre as fontes, 70% indicou que não se preocupa com o gênero delas ao fazerem a seleção para as matérias.

Referente à questão sobre constrangimentos é possível perceber que, das mulheres que participaram da pesquisa, a grande maioria se sente moderadamente seguras no trabalho e 14% se sentem pouco seguras. Ou seja, fica nítido que há uma preocupação com a segurança por parte das profissionais. Os constrangimentos são tão presentes na realidade do mercado jornalístico nas cidades analisadas que apenas duas mulheres disseram que nunca passaram por nenhum tipo de situação constrangedora. Das respondentes, 43% sofreram com abuso de poder, 41% já tiveram sua competência questionada, 35% já receberam críticas sobre a aparência e 30% já foram insultadas verbalmente. Além disso, 35% já foram assediadas por chefes e 51% por colegas de trabalho. Dessa forma, fica evidente que o machismo perpassa a atuação profissional das mulheres mapeadas.

Diante de todos os dados apresentados, verifica-se que as jornalistas das cidades pesquisadas passam por diversos obstáculos no seu trabalho diário, tanto dentro das organizações quanto fora - na relação com as fontes, por exemplo. Elas não se sentem completamente seguras, têm que lidar com



assédio, piadas, falta de respeito e confiança, críticas a sua aparência e outras questões.

Sendo assim, entre as contribuições desta pesquisa, cita-se a relevância em observar as rotinas de trabalho – discussão menos presente na literatura – assim com aspectos locais e regionais que tangenciam esta temática de estudo. E, sobre os avanços a partir destes dados, a pesquisa pode dar novos passos para ampliar as discussões por meio da comparação com dados de outras cidades, como a capital São Luís ou de outros estados ou regiões.

Referências

- ABRAJI. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Relatório sobre Mulheres no Jornalismo**, 2017. Disponível em: <<http://mulheresnojornalismo.org.br/>>. Acesso em: 14 de mar. 2018.
- ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (Orgs.). **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2011. p. 329-341.
- BEARD, Mary. **Mulheres e Poder**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de. **Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do sul do Maranhão**: mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos. 2017. 360 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/62/1/Nayane%20C%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CERQUEIRA, Carla Braga. A Imprensa e a Perspectiva de Género: Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. **Observatorio (Obs*)**, v. 5, p.139-164, 2008.

CERVI, Emerson Urizzi. **Métodos quantitativos nas ciências sociais**: uma abordagem alternativa ao feitiçismo dos números e ao debate com qualitativistas. Curitiba: CPOP, 2017.

CHAVES, Fabiana Nogueira. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. **Intercom Norte**, Manaus, 2015.

FRANKS, Suzanne. **Women and journalism**. I.B: Tauris, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014**.

Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Acesso em: 5 abr de 2019>.

JOHN, Valquiria Michela. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, jul a dez de 2014.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; CHAGAS, Luã. Diversidade não é igual a pluralidade: proposta de categorização das fontes no radiojornalismo. **Galáxia**, v. 1, n. 36, 2017.

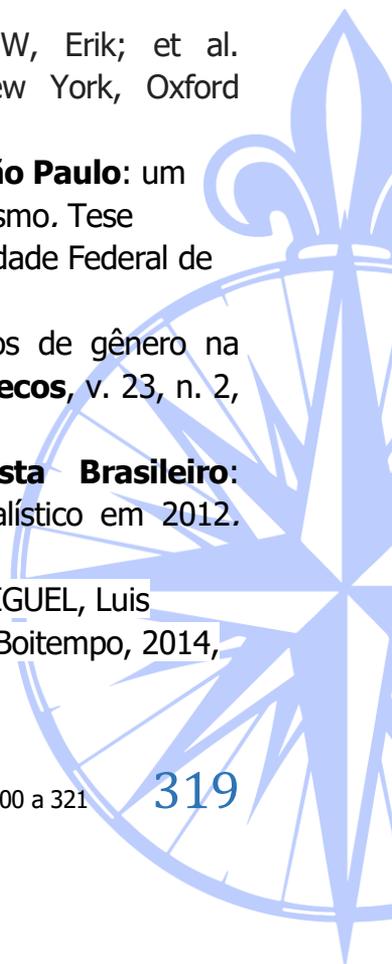
KRIPPENDORFF, Klaus. Content Analysis. In: BARNOUW, Erik; et al. **International encyclopedia of communication**. New York, Oxford University Press, 1989.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo**: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MARTINEZ, Mônica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**, v. 23, n. 2, 2016.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 93-108.



- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Unesp, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PONTES, Felipe Simões. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, v.20, n.1, jan./abr. 2017.
- ROCHA, Paula Melani. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Anais...** Florianópolis, 2017.
- SANTOS, Marli; TEMER, Ana Carolina Pessôa. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **Comunicação & Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 35-58, 2016.
- SARMENTO, Raysa. Quem faz a sua maquiagem? A senhora sabe cozinhar?: Estereótipos sobre o feminino na entrevista de Dilma Rousseff à Patrícia Poeta. IV Encontro Nacional da ULEPICC. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, Gabriela Almeida; SILVA, Rayssa de Sousa; SOUSA, Nayara Nascimento de; TAVARES, Camila Quesada. Gênero como tema de pesquisa em Jornalismo: uma comparação do perfil de quem publica em revistas de Comunicação. **IX Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR)**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 1-20, 2019.
- SILVA, Nathália; GONÇALVES, Elizabeth. O discurso das mulheres fotojornalistas: desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, 2018.
- SOUZA, Ana Fernanda Campos. **Mulheres jornalistas**: Percursos e percalços. 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- SUBTIL, Filipa. **As Mulheres Jornalistas**. 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

VEIGA, Márcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 2, p. 490- 505, 2012.

